

## RESENHA

CABRERA, Júlio. *Diário de um filósofo no Brasil*. Ijuí/RS. Unijuí, 2010.

*José Maurício de Carvalho\**

O *Diário* de Júlio Cabrera foi desenvolvido em três partes. Na primeira ele examina a filosofia brasileira: em que ela consiste, quais são seus autores, contribuições, perfil e valor. Na segunda parte expõe as linhas gerais de uma reflexão própria sobre: Lógica e Linguagem, Ética e relação entre Filosofia e Cinema e, finalmente, na última volta à reflexão sobre o sentido de uma filosofia brasileira. Ele conclui o livro com uma entrevista concedida a um interlocutor imaginário, na qual se defende de críticas que lhe poderiam ser dirigidas em virtude das teses expostas no livro.

A evolução da sociedade ocidental provocou o surgimento de profissionais de Filosofia, como bem explica Ortega y Gasset. No início de sua história, a Filosofia era uma atividade livre e a ela se dedicavam homens movidos pela admiração pelo cosmo ou pela consciência da perdição. O surgimento da Filosofia foi um fenômeno histórico; sua origem se deu na Antiga Grécia por volta do século VI a.C. Aos poucos esta forma de conhecimento ganhou importância na vida social e para ensiná-la surgiu o que Cabrera chama de profissionais da Filosofia.

Na parte inicial do livro, Cabrera (2010, p. 11) examina se há no Brasil filósofos autênticos ou apenas intérpretes e comentadores, que ele denomina “técnicos da filosofia”. Para dirimir a questão, o autor se coloca diante da necessidade de explicar em que consiste a Filosofia. A ela responde com um conceito plural “A Filosofia não é para mim uma coisa única, mas muitas coisas” (p. 12). A pensar filosoficamente não se pode renunciar, pois isso já seria um ato filosófico. A partir daí avalia que os técnicos em Filosofia, que ocupam atualmente a quase totalidade dos

---

\* Professor de Filosofia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Doutor em Filosofia pela Universidade Gama Filho (UGF). Pós-doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na Universidade Nova de Lisboa/Portugal. *E-mail*: mauricio@ufsj.edu.br

Departamentos acadêmicos de Filosofia das universidades brasileiras, não enxergam no País um movimento reflexivo original. Isso ocorre porque adotaram uma compreensão restrita de Filosofia e a “entendem como uma definição permanente e redutiva das suas múltiplas formas” (p. 15). Para não fazer a mesma coisa, Cabrera (2010) prefere não adotar uma única definição e deixar mais livre os procedimentos classificáveis como filosóficos. Por conta desta abertura, ele se revolta contra uma das mais odiosas críticas produzidas pelos técnicos da filosofia quando desqualificam como sem sentido ou “como não sendo Filosofia” (p. 17) aquilo que não se enquadra no conceito reduzido com que trabalham. Esclarecido este aspecto, o autor aponta o que entende por Filosofia brasileira. Esclarece a diferença entre Filosofia brasileira no Brasil e desde o Brasil. Rejeita a ideia de Filosofia brasileira, no sentido de Filosofia nacional, e defende uma Filosofia elaborada desde o Brasil que não se consolida pela ausência de “mecanismos informacionais, institucionais e valorativos que permita visualizá-los” (p. 21). O filosofar desde o Brasil seria o resultado do esforço de brasileiros para enfrentar as grandes questões consagradas pela tradição filosófica, ou ainda melhor, a partir de um modo de ser brasileiro que será mais bem esclarecido na terceira parte. Cabrera (2010) rejeita o argumento dos técnicos em Filosofia que julgam necessário construir primeiro um time de profissionais de Filosofia antes que o pensamento original e profundo se desenvolva no País. A partir de sua experiência, diz que aquilo que o levou à reflexão foram outras coisas bem diversas que este time de técnicos. O autor explica o que o motivou a filosofar do seguinte modo: “Uma experiência primordial e a vontade de explicitá-la por meio da escrita e da exposição oral” (p. 25) e completa, em seguida: “foi também a infelicidade, o desamparo, um certo tipo de sensibilidade diante da desonestidade das pessoas, um grande inconformismo com maneiras falaciosas com que as pessoas raciocinavam” (p. 25). Considera que a compreensão dos profissionais de Filosofia impossibilita por princípio “o surgimento de filósofos desde o Brasil” (p. 28). Acrescenta que, mantido o critério dos técnicos para examinar o produto da meditação filosófica brasileira, “o aluno Kant seria reprovado numa boa pós-graduação brasileira, pois apesar de ter feito muitas leituras de História da Filosofia, esses conhecimentos sempre vêm à tona, em suas obras, num viés crítico e

dentro do seu próprio projeto filosófico” (p. 29). O uso amplo do conceito de Filosofia por Cabrera (2010) lhe permite rejeitar a tese de que nunca houve, há ou haverá filósofos brasileiros. Observa, em seguida, que o nível de profissionalização obtido pelas universidades brasileiras é importante, mas que com ele se perdeu a autonomia e a liberdade reveladas por Farias Brito, Tobias Barreto, Djacir Menezes, Miguel Reale, Vicente Ferreira da Silva, Vilém Flusser, entre tantos outros. Na tentativa de esclarecer como se perdeu o impulso livre para pensar, Cabrera (2010) aponta a adoção do critério estruturalista pela Universidade Federal de São Paulo (USP) nos anos sessenta. O método desqualificou o trabalho dos filósofos brasileiros. Explica: “assumindo o método estrutural uspiano, as obras de Tobias Barreto, Farias Brito ou Mário Ferreira dos Santos simplesmente desaparecem” (p. 41). Ele acrescenta que muitos filósofos brasileiros da era pré-profissionalização produziram Filosofia. Além deste motivo conceitual há outro que prejudica o estudo de um pensamento brasileiro, ele “prejudica relações proveitosas para a política universitária” (p. 46), ou não dão futuro na vida acadêmica. Mesmo os mais sérios e dedicados trabalhadores da filosofia “não pensam, nem fazem questão de terem um pensamento próprio ou de viverem uma experiência filosófica que os identifique como pensadores” (p. 49). O resultado desta situação é a proletarização do professor de Filosofia “sobrecarregado de tarefas administrativas, docentes e de orientação, que mal deixam tempo para refletir, mas que, paradoxalmente, os torna mais produtivos no sentido tenebrosamente curricular do termo” (p. 52). Este último aspecto é trágico. Finalmente, observa que será preciso vencer as circunstâncias descritas para que no futuro se reconheça como importante o trabalho daqueles que, como Vilém Flusser, se dedicam à reflexão filosófica. Observa que há muitos estudantes e professores que esperam atualmente superar os entraves que os impedem de pensar filosoficamente e criar Filosofia, aquilo que, a seu ver, os profissionais de Filosofia “continuam considerando irresponsável, confuso e injustificável” (p. 62). O que Cabrera (2019) diz é o óbvio: o fato de alguém ser um competente intérprete de Husserl ou Heidegger não o impede de pensar por si mesmo. Considera que se alterando esta posição não será preciso manter a História da Filosofia no Brasil, uma disciplina marginal dos cursos de

Filosofia. Haverá o reconhecimento do trabalho do filósofo superando a atual “política cultural produtivista e autoritária” (p 71).

Na segunda parte do livro o autor se empenha em realizar um trabalho filosófico nos moldes que defendeu na primeira, dedicando-se a três terrenos: “Filosofia da lógica e da linguagem, a ética negativa e à relação da Filosofia com cinema” (p. 73). No primeiro terreno propõe uma espécie de existencialismo analítico nascido de um diálogo com Nietzsche, no qual defende um desacordo entre a linguagem, as formas lógicas e o mundo. Contesta ideias gerais consagradas pela lógica como ultrageneralidade e formalidade que considera de impossível efetivação. Outro aspecto que rejeita é a reconhecida inadequação da lógica para abordar certos assuntos, pois a lista precisa ser ampliada e a terceira posição que rejeita é a exclusão das formas lexicais que “não são tão materiais e extralógicas quanto habitualmente se supõe” (p. 81). Estas posições culminam na defesa do pluralismo lógico resultado do pluralismo das filosofias. Em seguida, faz uma síntese de seu livro *Inferências lexicais e interpretação-rede predicados*, escrito em parceria com Olavo D. D. Filho, e lembra que os princípios fundamentais de seu pensamento sobre o assunto estão em outra obra: *Filosofias da linguagem* (2003). O segundo campo em que desenvolve reflexão própria é o da Ética. No caso, a tese principal é a de que “a vida humana está afetada por uma fundamental desvalia” (p. 97). Ele parte da constatação de que deslealdade e crueldade são o que mais caracteriza as relações humanas. Estas atitudes nascem da crença de que o outro é o culpado pelos males existentes no mundo. Sua Ética foi apresentada em três pensamentos livres. O primeiro deles é o de que “não existe diferença entre nascer e morrer” (p. 102). Diz Cabrera (2010) que “o valor da vida humana não pode ser aceito como pressuposto inicial e aproblemático da ética” (p. 104). Parte da distinção entre morte pontual e estrutural, sendo que a primeira refere-se ao momento histórico da morte e a segunda, à condição mortal de todo vivente. O segundo pensamento é que “a vida humana é dolorosa e antiética” (p. 109). A morte pontual é acompanhada frequentemente de sofrimento, então a condição corpórea do homem inabilita a moral positiva, isto é, não justifica o valor da vida. Em resumo, o orgulho, o desamparo, a miséria e a desconsideração, que são próprias da condição humana, destroem o reconhecimento axiológico da

vida do homem. Como o raciocínio se aplica a todos os sujeitos ele chega ao terceiro pensamento que é a inviolabilidade da vida humana, uma vez que a vida de todos é igualmente sem valor. Esta inviolabilidade aplica-se aos próprios bandidos cuja conduta reprovável não legitima o seu assassinato. Admitir matar outrem é parte da circunstância terrível que nos obriga a viver parte da vida fora da moralidade. A única moralidade “compatível com a condição humana, tal como o Existencialismo a visualizava, é algum tipo de moralidade negativa” (p. 124). Daí decorrem conclusões inusitadas: o suicídio é uma conduta ética possível, bem como escolher não procriar. A segunda opção vem da primeira, em que “o suicídio não pode resolver nenhum problema ético que o não nascimento não pudesse radicalmente ter resolvido” (p. 125). O terceiro campo em que desenvolve ideias próprias é o da relação entre cinema e Filosofia. Sobre o assunto, Cabrera (2010) assim o apresenta: “Penso que o cinema tem muitíssimo a dizer ao filósofo, inclusive muito mais do que Deleuze foi capaz de descobrir a partir de uma visão muito direcionada aos seus específicos interesses” (p. 127). O cinema enfrenta grande variedade de problemas em que as abordagens universais se redefinem em soluções abertas. Ele não utiliza, contudo, as articulações conceituais, muitas vezes apressadas, como faz a Filosofia. O que impede a aproximação entre cinema e Filosofia é a linguagem acadêmica da segunda.

Na terceira parte ele retoma a discussão iniciada na primeira refletindo sobre a originalidade na Filosofia. Lembra que René Descartes repete o argumento agostiniano sem deixar de ser tido como pensador original. Lembrar o caso Descartes é importante para legitimar a reflexão dos latinos americanos acusados frequentemente de plágio. Gilson assim justifica a isenção de plágio a Descartes: 1 – o que ele quer dizer com as mesmas palavras é algo diferente do que Agostinho afirmara; 2 – pensadores distintos podem concluir coisas parecidas por conta da objetividade do problema; 3 – a referência é proposital e tem por propósito usar a autoridade reconhecida do filósofo mencionado e 4 – o autor repete a ideia, porém desenvolve-a melhor que o primeiro. Cabrera (2010) concorda apenas com o 1º e o 4º argumentos e os julga adequados para justificar a originalidade dos autores brasileiros. Adicionalmente, lembra que é muito difícil repetir literalmente em Filosofia, porque cada autor insere ao pensar aspectos

de sua própria reflexão. O caso Descartes mostra que “alguém pode ser reconhecido como grande pensador mesmo que tenha repetido autores anteriores” (p. 146). É o que conclui sobre Farias Brito, considerando-o “um filósofo original (na mesma linha que inocentara Descartes)” (p. 147). Outro problema a ser superado pela Filosofia brasileira é a avaliação da herança lusitana vinda de análises como a de Sérgio Buarque de Holanda. Explica Cabrera: “As características lusitanas do brasileiro não são algo que o impeça de fazer Filosofia, mas algo que deveria levar a fazer Filosofia com essas características” (p. 150). Esta posição precisa ser superada e ele encontra elementos para fazê-lo nas análises de Flusser. Em *Fenomenologia do Brasileiro*, Flusser considera que a cultura ocidental revela ódio pela natureza e que o brasileiro, por não se integrar perfeitamente nela, possui elementos para superar o que o europeu não consegue. Diz: “Flusser vê uma esperança ainda para o mundo, para aquele mundo supercivilizado e progressista que deu duas guerras mundiais e perseguições ideológicas de dimensões nunca vistas” (p. 156). O ato de filosofar do brasileiro poderá usar com proveito o conceito oswaldiano de antropofagia no sentido que comer algo significar apropriar-se apenas de parte do que foi ingerido. É esta atitude inovadora de receber, incorporar e excretar elementos da tradição filosófica o caminho a ser seguido pelos brasileiros.

O livro de Júlio Cabrera defende uma ideia fundamental: a especialização obtida no pensamento de um autor não desobriga o professor de Filosofia de pensar por si mesmo. É o que também defendeu Delfim Santos, em Portugal, num ambiente parecido. Nisto é preciso dar-lhe razão. É fundamental pensar por conta própria, pois não fazê-lo é já um ato filosófico. No desenvolvimento desta ideia, o autor revela, assim nos parece, uma compreensão inadequada do que seja Filosofia brasileira. Ele tem razão quando diz que Filosofia brasileira não é uma forma de tratar filosoficamente problemas brasileiros perdendo o sentido de universalidade. O que se chama de Filosofia brasileira não nos parece seja, contudo o que ele entende, mas o reconhecimento de uma certa tradição na abordagem dos temas universais da Filosofia. Considero resolvida a questão da originalidade com as considerações desenvolvidas por Miguel Reale e Antônio Paim. Quanto à tradição brasileira, diga-se de passagem, insere-se numa tradição maior que vem se formando desde a antiga Grécia.

Esta tradição brasileira privilegia certos problemas em detrimento de outros. Além disso, percebe-se que a reflexão na modernidade feita numa certa língua estabelece um estilo de pensar, embora tal estilo não destrua a tradição ocidental do filosofar. Enfim, de fato o que importa é desenvolver reflexão própria que Cabrera (2010) denomina de fazer filosofia desde o Brasil. Porém, como ele reconhece que os autores que aqui pensaram, entre os quais menciona explicitamente Tobias Barreto, Farias Brito, Djaicir Menezes, Miguel Reale, parece inevitável concluir que formam uma tradição culturalista brasileira. Se esta lacuna de sua análise fica a merecer aprofundamento, sua observação isenta e perspicaz do modo como os técnicos de filosofia olham para os autores nacionais explica porque não floresce no País um estudo sistemático da Filosofia brasileira. No que se refere especificamente ao fundamento da sua ética negativa, parece-nos que o problema principal é o entendimento de como surgem os valores. De fato, o valor não aparece naturalmente do ato de viver, mas a sociedade ocidental reconheceu o valor da vida como incondicional porque entende que há razões plausíveis para identificá-lo como uma espécie de exigência absoluta para um modo de vida singularmente humano. Por conta disso, Miguel Reale considera a pessoa humana o invariante axiológico à volta do qual é possível pensar e justificar outros valores. Apesar das dificuldades aqui enumeradas, o livro de Cabrera merece ser meditado pelos estudiosos, quer pelos esclarecimentos que traz para a Filosofia brasileira, quer pelo seu esforço de pensar os problemas filosóficos.

*Data de registro: 18/08/2010*

*Data de aceite: 24/11/2010*

